

UMA IDENTIDADE EM QUESTÃO: VIVA O POVO BRASILEIRO, SEU DISCURSO, LINGUAGEM E EXPRESSÃO

Moacir dos Santos da Silva (UENF)

moacir.cap@gmail.com

Sérgio Arruda de Moura (UENF)

arruda@uenf.br

RESUMO

Falar do povo brasileiro é entender que há espaços ocupados por diversas etnias, de forma inegociável, independente de preferência. É perceber que neste homem disperso pelo mundo, há essências do negro, do índio e do português, dentre outras tantas, que perpassam a cor da pele. A questão que norteou o trabalho foi a observância da diversidade de pessoas, valores, crenças e culturas que perpassam os espaços escolares e ainda a maneira de falar, de compreender o mundo e a própria integração a partir de aspectos ontológicos, sob as perspectivas de Darcy Ribeiro (2014), Florestan Fernandes (2008) e João Ubaldo Ribeiro (2011), numa abordagem pontual que enfoca um povo peculiar. O objetivo do trabalho é investigar a relação/ interação entre professores, discentes, saberes, conhecimentos e valores socioculturais e como cada história de vida implica na efetividade do ensino. O trabalho foi implementado com alunos da 3ª série do ensino médio de escolas públicas e, como metodologia, utilizou-se uma pesquisa bibliográfica para embasamento do tema e um formulário on-line foi aplicado, com a finalidade de entender melhor o cidadão que passa pela escola. A relevância da pesquisa está no nível de compreensão que se terá a partir das informações coletadas sobre esse aluno de hoje e seus principais enfrentamentos e os entrelaçamentos com alguns autores, dentre eles Paulo Freire (1996).

Palavras-chave:

História. Linguagem. Povo brasileiro.

ABSTRACT

Speaking of the Brazilian people is to understand that there are spaces occupied by different ethnic groups, in a non-negotiable way, regardless of preference. It is to realize that in this man dispersed throughout the world, there are essences of black, Indian and Portuguese, among many others, that permeate the skin color. The issue that guided the work was the observance of the diversity of people, values, beliefs and cultures that permeate school spaces and also the way of speaking, of understanding the world and the integration itself from ontological aspects, from the perspective of Darcy Ribeiro (2014), Florestan Fernandes (2008) and João Ubaldo Ribeiro (2011), in a specific approach that focuses on a peculiar people. The aim of this work is to investigate the relationship/interaction between teachers, students, knowledge, knowledge and socio-cultural values and how each life story implies the effectiveness of teaching. The work was implemented with students from the 3rd grade of high school in public schools and, as a methodology, a bibliographic research was used to support the theme and an online form was applied, in order to better understand the citizen who

passes through the school. The relevance of the research lies in the level of understanding that will be obtained from the information collected about this student today and his main confrontations and the intertwining with some authors, among them Paulo Freire (1996).

Keywords:
Language. Story. Brazilian people.

1. Das origens e das várias vozes no processo de colonização

A nossa história é feita de acasos e inconsistências. Estudamos, desde o início, que fomos encontrados por um desvio de rota e que houve conquistas e interações a partir daí. No entanto, os enfrentamentos, as mortes, o desrespeito e a aculturação não foram muito bem explicados.

Sobre isso, nos apropriamos da fala de Darcy Ribeiro (2014), na introdução do livro *O povo brasileiro- a formação e o sentido do Brasil*: “Surgimos da confluência, do entrechoque e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e com negros africanos, uns e outros aliciados como escravos.” (RIBEIRO, 2014).

E por que se sabe tão pouco, se estuda tão menos acerca do índio e do negro nos bancos escolares e em nossa sociedade, se aquele já estava, antes do colonizador e este fez parte ativamente de nossa história, depois do colonizador? É bem provável que o formato de nossa colonização (inserindo a questão da exploração e o caráter “violento”) não tenha colaborado para que houvesse uma escrita mais coerente e verdadeira sobre a nossa composição, enquanto grupo, enquanto povo.

Sobre esse processo, João Ubaldo Ribeiro (1984), em seu livro *Viva o Povo Brasileiro*, por meio de um de seus personagens, o cego Faustino, que conhecia histórias compridas, antes do descobrimento do Brasil, nos fala o seguinte:

[...] a História não é só essa que está nos livros, até porque muitos dos que escrevem livros mentem mais do que os que contam histórias de Tranco-so. [...] a História é falsa ou meio falsa e cada geração que chega resolve o que aconteceu antes dela e assim a História dos livros é tão inventada quanto a dos jornais, onde se lê cada peta de arrepiar os cabelos. Poucos livros devem ser confiados, assim como poucas pessoas, é a mesma coisa (RIBEIRO, 1984, p. 31)

Essa ironia do autor, a partir de um texto literário, remete bem a nossa história enquanto povo, enquanto nação. Podemos dizer que houve uma fragmentação na escrita de nossa história, certo desrespeito a perso-

nagens singulares que não foram apenas coadjuvantes no processo. E como diz mesmo a citação, a nossa história é “meio falsa”. E o que é meio falso não representa a verdade dos fatos, não traz o que é justo e o que mereça ser compartilhado com o outro e perpetuar ao longo de uma trajetória de vida de um país.

É sinal de respeito e consideração ter um dia dedicado ao índio (Dia do Índio) e de uns tempos para cá também ter um outro dedicado ao negro (Dia da Consciência Negra). Essa é uma análise rasa que convence boa parte dos brasileiros que frequentam as nossas escolas públicas. No entanto, excetuando-se os dois dias, onde um inclusive é feriado e às vezes nem se lembra nos espaços educativos, com um trabalho diferenciado e direcionado; todo o restante do tempo há uma imitação de um modelo de ensino/ aprendizagem, advindo da cultura europeia, à imagem e semelhança, às vezes tosca, do colonizador.

Sobre a possibilidade de conhecermos melhor uma ontologia não antropogenética, relacionada ao pensamento não ocidental de povos indígenas, especialmente da América (VALENTIM, 2018, p. 63). Eduard de Viveiros de Castro (1996), escreveu o seguinte sobre o assunto:

Tal ontologia deve poder exibir pelo menos dois traços principais: a afirmação do descentramento radical da humanidade e a recusa prévia de fundamentalidade perante outras formas de pensamento. Ambos acham-se reunidos na ideia do “perspectivismo cosmológico”, na qual se exprimiria o pensamento ameríndio: “a concepção, comum a muitos povos do continente, segundo a qual o mundo é habitado por diferentes espécies de sujeitos ou pessoas, humanas e não-humanas, que o apreendem segundo pontos de vista distintos”. (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, p. 115).

Dessa forma, todas as espécies de seres apresentariam seus sistemas e hábitos, individuais e sociais, organizados como as instituições humanas, sem estranhamentos, com suas belezas, utilidades, funcionalidades e normatizações. “De acordo com essa concepção, a experiência de cada sujeito consiste em uma passagem contínua entre modos de apresentação, humanos e não-humanos, do mundo enquanto âmbito de diferenciação recíproca entre perspectivas” (VALENTIM, 2018, p. 64).

Essas idiossincrasias, acerca do pensamento dos índios americanos, bastante estudadas e aprofundadas pelos autores, em questão, apresentam-se muito avançadas para um povo que sequer reconhece e valida a sua própria ancestralidade (aqui como reconhecedores de uma espécie superior, providos de raciocínio e intelectualidade) com a medida neces-

sária para sedimentar e embasar o presente e organizar, com mais “clareza” e dignidade, o futuro.

Mas, como se falar, como se referendar, em nossa história uma cultura e suas especificidades, se ainda existe um processo de silenciamento e objetivação no percurso histórico, no caso dos africanos? Como considerar os índios precursores de nossas bases; se canibais, violentos, desinstruídos e sem educação e respeito (andavam nus e não queriam estudar)?

Nessa perspectiva tornou-se mais fácil para muitos brasileiros e estrangeiros que escreveram sobre nossa história, trabalhar com a perspectiva do descobrimento embasada na visão do português, que veio essencialmente para catequizar o nosso povo e trazer um pouco de luz à realidade nefasta e sombria em que vivíamos, com metais preciosos em áreas nunca antes exploradas e com toda a sorte de riqueza natural, que poderiam saciar as mais diversas finalidades pessoais ou comerciais.

Ironias à parte, a verdade é que o nosso processo de colonização, embora bem antes do processo africano, apresentou uma visão bastante similar. E o discurso de José Castiano (2010), também nos serve. Ele diz que o fato de olhar a sociedade africana com óculos europeus representa a maior fraqueza das disciplinas científicas. E fecha com a seguinte frase: “Até que ponto os estudos africanos são realmente africanos? Por serem feitos por africanos ou por serem sobre África?” (CASTIANO, 2010, p. 17).

Depois da escola literária chamada Modernismo, iniciada, aproximadamente no início do século XX, foi que pudemos, na visão de muitos autores, observar uma escrita mais consistente e coerente de nosso povo e suas mazelas, já que houve o direcionamento de um olhar mais íntimo, mais nacionalizado. Porém, ainda era por uma ótica elitista, fruto de estudos e formações estrangeiras. Portanto, cabe parafrasear o discurso de Castiano que fecha o parágrafo anterior: Até que ponto os estudos brasileiros são realmente brasileiros? E quem os escreve tem realmente conhecimento acerca de nossa história e identidade? E, é um brasileiro?

E quanto à questão indígena, retomando Eduardo Viveiros de Castro (2002), em seu texto “Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena” fala sobre as suas especificidades (a dos índios) e situações peculiares que sempre envolveram suas histórias e culturas e que, infelizmente, muito pouco foram consideradas ao longo dos estudos diversos sobre nossa origem, enquanto seres mundanos.

Sobre as espécies e o próprio cosmos, depois de um estudo acerca do ameríndio, ele ainda escreve o seguinte:

Todo ser a que se atribui um ponto de vista será então sujeito, espírito; ou melhor, ali onde estiver o ponto de vista, também estará a posição de sujeito. [...] o perspectivismo ameríndio procede segundo o espírito de que o ponto de vista cria o sujeito; será sujeito quem se encontrar ativado ou 'agenciado' pelo ponto de vista. [...] Sucede que esses não humanos colocados em perspectiva de sujeito não se 'dizem' apenas gente; eles se veem morfológicamente e culturalmente como humanos. A espiritualização simbólica dos animais implicaria sua hominização e culturalização imaginárias. (VIVEIROS DE CASTRO, 2020, p. 236-7)

Esse choque e diversidade, mesmo para quem não quisesse, já existiam, no momento de interação entre os grupos, entre as etnias, nos primórdios. E perpassam, em muito, as questões culturais, de gostos ou escolhas, elas dizem respeito a crenças, valores, a cultos e a espiritualidade. O negro sempre teve suas preferências e peculiaridades, assim como o índio. As adaptações rápidas de um grupo, no caso do negro, em relação ao serviço agrário e o estranhamento de outro, no caso do índio, em relação à própria visão do homem, como sendo uma espécie acima das outras, restringindo e limitando as interações no cosmos, desconsiderando um transbordamento de sujeitos e de corpos, precisariam ter sido respeitadas e consideradas e não somente exploradas e extirpadas.

Marco Antônio Valentim (2018) esclarece sobre esse transbordamento (inspirado no pensar indígena) com a seguinte proposição:

[...] a compreensão de ser equivale a um hábito social potencialmente partilhado por todos os agentes cósmicos, sem jamais consistir em uma condição que separaria o homem, único ente transcendente, de todo e qualquer ente não-humano. Sem coincidir com uma infável região "fora do ser", o cosmos constitui um plano como que meta-ontológico, mais amplo e complexo que o mundo existencialmente concebido: (VALENTIM, 2018, p. 181)

Esse pensamento indígena que perpassa toda uma trajetória, desde muito antes da colonização, é muito bem descrito por Eduardo Viveiros de Castro.

Em suma, os animais são gente, ou se veem como pessoas. Tal concepção está quase sempre associada à ideia de que a forma manifesta de cada espécie é um envoltório (uma 'roupa') a esconder uma forma interna humana, normalmente visível apenas aos olhos da própria espécie ou de certos seres transespecíficos, como os xamãs (Cf. VIVEIROS DE CASTRO, 2002).

É sob essas características e tradições, crenças e costumes que dois dos compositores de nossa etnia (o índio e o negro) sacramentavam

suas ideologias, expondo-as das formas mais variadas possíveis. E essas e muitas outras “marcas” deixaram de ser consideradas no processo exploratório de colonização e desbravamento.

Por outro lado, a figura do português desbravador, competitivo, do homem branco, de uma cultura superior, do vitorioso e conquistador de terras, mar a fora, sempre nos foi apresentada, com esses e outros requintes. E como já falamos, se a história contada pela metade representa também uma mentira, o que somos e sabemos hoje, acerca de nossa essência ainda é muito pouco, diante de todo o contexto complexo que envolve um país tão grande com tanta variação em todos os sentidos: temos pessoas vivendo imprensadas nas favelas; comunidades ribeirinhas, em interiores longínquos; além de tribos indígenas, embrenhadas em matas virgens ainda desconhecidas.

E esse povo novo é bem descrito por Darcy Ribeiro, como um grupo diferente. Em relação a isso, ele diz o seguinte:

A sociedade e a cultura brasileiras são conformadas como variantes da versão lusitana da tradição civilizatória europeia ocidental, diferenciadas por coloridos herdados dos índios americanos e dos negros africanos. O Brasil emerge, assim, como um renovo mutante, remarcado de características próprias, mas atado geneticamente à matriz portuguesa, cujas potencialidades insuspeitadas de ser e de crescer só aqui se realizariam plenamente. (RIBEIRO, 2014, p. 8)

E esses coloridos que deveriam nos distinguir, parecem ser motivos de vergonha e não os assumimos de fato, e viramos uma cópia muito exótica de culturas europeias (uma caricatura) que não nos representam, por muitos motivos. Aqui se orgulha dos traços lusitanos, que outrora só passaram pela Ilha de Vera Cruz; uns, porque foram obrigados; outros, porque apenas queriam desfrutar das benesses ambientais e da coroa e, quase todos, por apenas um tempo.

Essa relação que envolve o nosso povo como um todo, em suas especificidades e formação chega à escola também de uma forma contundente. Aqui vamos trazer alguns apontamentos do diálogo com alunos da 3ª série do ensino médio de uma escola pública, no município de Macaé, iniciando o nosso processo de pesquisa de campo, expondo seus conhecimentos e valores socioculturais e como cada história de vida implica na efetividade do ensino.

2. *Um povo feliz no país da riqueza, do futebol, da beleza e de uma educação do futuro*

Neste país tudo o que se planta dá. São terras infindas, espaços para todos, um clima muito ameno, com um povo muito hospitaleiro. Perfeita descrição iniciada inclusive por uma frase que compõe a famosa Carta de Pero Vaz de Caminha a el-Rei Dom Manoel, de Portugal, sobre o achamento do Brasil, documento redigido em 1º de maio de 1500, em Porto Seguro, na Bahia. No entanto, quanto mais proximidade, mais vai ocorrendo a revelação da plenitude dos fatos. Não é bem assim e nunca foi de outro jeito. Somos um povo com nossas mazelas, nossas desinformações, nossos orgulhos, medos, prepotência e sabedoria, com tudo o que há em muitos outros lugares também (Cf. MINISTÉRIO DA CULTURA).

Recorrendo ainda a Darcy Ribeiro, trazemos uma análise fina de nossos pares. Podemos até discordar dele, mas vale a pena considerar a sua reflexão.

O espantoso é que os brasileiros, orgulhosos de sua tão proclamada, como falsa, “democracia racial”, raramente percebem os profundos abismos que aqui separam os estratos sociais. O mais grave é que esse abismo não conduz a conflitos tendentes a transpô-lo, porque se cristalizam num *modus vivendi* que aparta os ricos dos pobres, como se fossem castas e guetos. Os privilegiados simplesmente se isolam numa barreira de indiferença para com a sina dos pobres, cuja miséria repugnante procuram ignorar ou ocultar numa espécie de miopia social, que perpetua a alternidade. O povo-massa, sofrido e perplexo, vê a ordem social como um sistema sagrado que privilegia uma minoria contemplada por Deus, à qual tudo é consentido e concedido. Inclusive o dom de serem, às vezes, dadivosos, mas sempre frios e perversos e, invariavelmente, imprevisíveis (RIBEIRO, 2014, p. 10)

Os nossos conflitos e desigualdades são extensos. A palavra abismo citada por Darcy Ribeiro se encaixa bem. Vamos do miserável das ruas aos habitantes de verdadeiros palácios que mal se vestem, com toda a sorte de privilégios e, na maioria das vezes, pouco se fez para herdar esse ou aquele posto, bastou nascer. As nossas estruturas e organização política e social não têm contribuído muito para auxiliar neste aspecto, e mesmo com a democracia e com a “liberdade” de ir e vir, o nosso povo circula daqui pra ali, da roça à favela, com poucas oportunidades de mudança. E muitas pessoas precisam dos dadivosos, que não mais são os senhores de engenho, agora são representados pelos ricos empresários, oligárquicos e políticos de carreira.

Se ouvíssemos Aristóteles, seríamos mais cuidadosos conosco. Manfredo Araújo de Oliveira (1989) em seu artigo “A crise da racionalidade moderna: uma crise de esperança”, cita o seguinte:

Portanto, para Aristóteles, ao lado dos entes, há o mundo dos objetos produzidos, a segunda natureza da vida humana. Produzimos este mundo enquanto seres sociais, por isto este mundo é fruto da unidade do trabalho de muitos. O mais importante neste contexto é que a construção deste mundo é nossa própria construção: nosso ser é uma tarefa que se cumpre na medida em que o mundo das obras (da ciência, da economia, da política, da arte, da religião etc.) se efetiva (OLIVEIRA, 1989, p. 15)

Esse trabalho de muitos precisa render frutos que privilegiem cada vez mais pessoas, senão todas. E isso não foi o que se viu ao longo de nossa história, que infelizmente foi marcada por seleção e exclusão: em várias esferas, que envolvem trabalho, concursos e oportunidades, todos tentam e poucos conseguem principalmente se envolver algo de dignidade/ prestígio social ou um salário mais alto. E assim o nosso povo vai sendo tratado pelos nossos novos senhores e estruturas modernas de trabalho e “o mundo dos objetos produzidos” vão sendo repartidos, de um jeito peculiar, nem sempre justo e coerente.

No entanto, pode-se dizer que existem formas dignas e condizentes para as pessoas conseguirem ascender socialmente, o que não minimizam as possibilidades de uma atração por atalhos, pelos caminhos tortuosos do tráfico, das drogas e dos roubos. Uma dessas é o futebol. Somos os melhores do mundo, os pentacampeões! E o que de lucrativo, de social, de cultural isso nos rende, a não ser a questão numérica e uma fama externa no quesito?

Podemos dizer que, mesmo internamente, nas escolinhas, nos clubes, a disputa já é acirrada, desde a base. O processo de exclusão já ocorre desde quando a pessoa nasce; envolve a moradia, a cor, os contatos, a sorte, o talento, a questão econômica e assim se processa até se chegar ao profissionalismo; seara em que poucos conseguem se firmar com dignidade e prestígio; espaço de muita luta, frustração e disputa.

E os nossos rostos vão sendo coloridos a partir daí, com detalhes e essências intrínsecas do que realmente somos: sangue latino com ascendência indígena, africana e portuguesa. Assim como se pode falar que não é fácil a autoafirmação no futebol ou em outro esporte/ trabalho coletivo ou individual, também será complexa a progressão nas passarelas, em que a beleza masculina e feminina nos representa, nos desfiles de moda, pelo mundo, ou mesmo nos estudos a partir de determinados pon-

tos que envolvem idade, questão financeira, oferta de curso etc. etc. Sempre ocorrerá uma luta contínua, seja qual for a pretensão (no trabalho ou nos estudos) desse povo que tem a marca de não desistir nunca.

Realmente, nós, brasileiros, estamos dispersos pelo mundo e fazemos sucesso em muitos espaços. Já tivemos representantes (vários) como os melhores do mundo no futebol, e em outros esportes coletivos e individuais – olímpicos ou não –; como as mulheres mais lindas nas passarelas; no entanto, as nossas estrelas parecem ser mais do mundo que do Brasil. E muitos, quando chegam ao topo, não traduzem o seu orgulho ou gratidão pelo país de origem. E, vários, inclusive, optam por morar no estrangeiro. Por que motivo? Há alguém culpado por isso?

Reservamos esse momento para falarmos um pouco do resultado que obtivemos na roda de conversa com os alunos da 3ª série e no formulário que lhes foi aplicado. As respostas que obtivemos reforçam essa descrença, esse medo e insegurança que habitam em cada um dos corações e, por conseguinte remete a essa menor valia de nosso espaço, de nossa pátria, de nossa gente.

As perguntas foram relacionadas à família, à escola, à sociedade, à política, à educação, ao trabalho, à expectativa de futuro, dentre outras. E as respostas colhidas foram as mais variadas. No entanto, duas delas chamaram a atenção e serão registradas aqui, a de uma aluna de 17 anos, que diz não ver a hora de terminar os estudos para trabalhar e ajudar, economicamente, a seus pais e a de uma outra, de 20 anos, que diz que os jovens ainda não têm voz e vez na família, na escola e na sociedade, embora todos digam que os escutam.

O que trazemos para a nossa reflexão, já de início de pesquisa, é que precisamos interagir mais e oportunizar para esse discurso de um grupo que, de uma forma ou de outra, tem sido silenciado e que precisa estar melhor instrumentalizado para suas escolhas.

Ainda em Manfredo Araújo de Oliveira (1989) podemos refletir sobre o que vem ocorrendo em nossa história e destacar o grave problema identitário que nos cerca e precisa ser repensado para que realmente sejamos um espaço de representação interna de coletividade e dignidade.

A crise da modernidade desembocou, nos dias de hoje, numa crise de sentido para a vida humana. Nossa meditação sobre o sentido passa, hoje, necessariamente, pela crítica da razão moderna. [...] O homem não se entende mais como inserido num todo maior, que, heteronomamente, lhe fornece o sentido de sua vida, mas ele mesmo é fonte de sentido de qualquer

todo, já que o lugar que determina o sentido de tudo (OLIVEIRA, 1989, p. 16)

Esse homem brasileiro moderno é fruto de uma objetivação construída ao longo da história do mundo ocidental, que insiste em destacar ainda essa espécie das outras e “menosprezar” todo o seu entorno. O povo brasileiro (e qualquer outro) precisa evoluir, ascender socialmente, considerando os seus pares e todos os aspectos e meios de vida em que está inserido. São essas questões que devem fazer parte da base da essência humanitária e permear as interações.

3. *Os entrelaçamentos de cor, raça e classe nas perspectivas de Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes*

Em situações específicas, a nossa cor, estilo e diversidade já foram bem destacados. O primeiro encontro do português com os índios e a descrição por parte de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal, por meio de uma carta, explicitando as nuances daqui, enfatizam isso muito bem.

A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura. Nem estimam de cobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto. Ambos traziam os beijos de baixo furados e metidos neles seus ossos brancos e verdadeiros, de comprimento duma mão travessa, da grossura dum fuso de algodão, agudos na ponta como um furador. (MINISTÉRIO DA CULTURA, p. 3)

E essa cor parda exaltada pelo escritor-mor, da expedição de Pedro Alvarez Cabral, ainda teria outrasmatices a partir dos entrelaçamentos com o próprio português e com o negro, advindo da África. Fato é que, por violência ou por consentimento, houve uma mistura de raças que fez surgir um povo peculiar com demarcações visíveis e com uma história bastante singular.

Florestan Fernandes em seu livro *O negro no mundo dos brancos* (1972) desenvolve a ideia de brasilidade, desde a base, de forma interessante.

A brasilidade, que herdamos do passado escravocrata e das primeiras experiências de universalização do trabalho livre, é demasiado estreita e pobre para fazer face aos dilemas humanos e políticos de uma sociedade racial e culturalmente heterogênea. Temos de aprender a não expurgar os diferentes grupos raciais e culturais do que eles podem levar criadoramente ao processo de fusão e unificação, para que se atinja um padrão de brasilidade autenticamente pluralista, plástico e revolucionário. (FERNANDES, 1972, p. 17)

Seguindo o raciocínio de Florestan Fernandes, fomos desrespeitados desde nossas bases. O índio não foi visto em sua essência, em relação às diversidades inerentes a seu grupo; muito menos o negro, moeda de troca desde os primórdios, força motriz para enriquecer uma elite.

A consideração de uma existência pluralista das raças, com suas especificidades, e o conhecimento acerca das idiossincrasias das mesmas, seria e ainda é a solução para um convívio mais harmônico, justo e coerente entre as pessoas. Dessa maneira, haveria menos estranhamentos acerca dos diferentes grupos e não precisaria expurgá-los do convívio cotidiano, (demarcando, delimitando espaços e extirpando grupos), no caso dos índios; e nem considerá-los como cidadãos de menos valia, como coadjuvantes, sem história, sem cultura, sem sonhos, sem voz e sem vez, no caso dos negros.

Quando lemos os textos de Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro sobre a questão do mito da democracia racial, percebemos que pouca coisa mudou em nossa história de mais de quinhentos anos (após o “descobrimento”). Nos últimos anos, por exemplo, negros têm sido mortos, em atitudes suspeitas, apenas por sê-lo, em qualquer ambiente da sociedade (nas favelas, nos campos e nas ruas), sendo sempre os primeiros a serem investigados, procurados e punidos.

Mesmo numa história recente de leis e estatutos protetores, como o da criança e do adolescente, como o do idoso, aqui no Brasil; o que vemos é negro sendo morto em porta de shopping, sufocado com joelho no pescoço pela rua, etc. etc. E sobre o índio e o “estrangeiro”, nem se fala. Há uma maior ou menor tolerância neste ou naquele país, fala-se em preservação de espaço para aquele, mas desde que longe (inclusive literalmente), sem uma estrutura legal que o ampare, observando-se a sua cultura, e quanto a este (o estrangeiro), se for bonzinho, educado e competente poderá usufruir de maiores benesses, mundo a fora.

Ainda em *O negro no mundo dos brancos (1972)*, Florestan Fernandes continua: “o mito da democracia racial fomenta outros mitos paralelos, que concorrem para esconder ou para ‘enfeitar a realidade’, e que estes mitos são perfilhados sem base objetiva, mesmo pelos negros e pelos mulatos” (FERNANDES, 1972, p. 10).

Acreditamos que os autores esclarecem bem a situação: não existe e nem existirá uma democracia racial e nem social, enquanto vigorar um pensamento explorador e de privilégios, advindo de nossa história, desde a colonização, aos moldes lusitano – europeu, com aculturação, acumula-

ção de bens, desrespeito e silenciamento. Hoje, o que ocorre é uma forma velada de consolidação dessa prática discriminatória e não democrática, (com menos violência física, com mais “tolerância”), na maioria da vezes, por conveniência: o mundo branco contemporâneo não pode contar com o escravo, mas tem a sua disposição a empregada doméstica, o campeiro, o gari, dentre tantos, a maioria deles de cor negra.

E o que se pode fazer? Edson José de Freitas Junior (2016), em seu artigo “Classe, raça e cor: uma análise da sociedade brasileira sob as perspectivas de Darcy Ribeiro”, afirma o seguinte:

Acredito que é a partir da autoafirmação do indivíduo e da instrução do povo em relação a sua origem, aliado a políticas que visam às necessidades das camadas populares como educação básica de qualidade, saúde para todos e com eficiência, que conscientize mais do que mascare, que estude nossa história formativa e não a do dominador, a que olhe para as potencialidades internas como uma oportunidade a ser dada para a nação, não a meia dúzia de empresários estrangeiros sedentos por dinheiro, a fim de sugar o quanto for possível de uma sociedade paupérrima, que mal tem o que comer (...). Nós, fruto histórico dessas relações conflitivas, temos plena consciência de que muitos problemas atuais que envolvem as categorias classe, raça e cor estão sendo tratados de maneira banal, sem a devida importância por nossas instituições. (JUNIOR, 2016, p. 10)

De acordo com o fragmento, precisamos nos entender, aceitar e conhecer melhor a nossa história. Somos negros, e daí? Somos brasileiros, algum problema? A questão também gira em torno de nossa autoafirmação, de compreendermos, de fato, a comunidade em que estamos inseridos, o grupo étnico a que pertencemos, a escola em que estudamos, o chão em que pisamos.

E esse chão que mais uma vez trazemos em voga, para dialogarmos. Baseando-nos nas informações obtidas até o momento, o que ele nos aponta é um grupo de adolescentes e jovens que ainda precisam conhecer e consolidar alguns conceitos para interagirem melhor com os seus pares e entenderem com mais riqueza de informações, acerca do meio em que coabitam e usufruem de direitos fundamentais, com os seus respectivos deveres.

Algumas palavras e valores que se mostram muito caras para a nossa sociedade e cultura brasileira ainda são compreendidas de forma parcial e não revelam a história de maneira ajustada e coerente. Autonomia e liberdade são bons exemplos aqui. Os espaços escolares nem sempre colaboram, de fato, para isso: ainda se observam, em nossas salas,

mistos de dependência, preconceito, instabilidade e individualismo. Resquícios de um curso histórico de nada favorável à classe popular.

A liberdade usufruída pelo negro, pós escravatura, acabou não nos trazendo uma solução plausível e coerente, já que estávamos livres, mas com condições limitadíssimas de sobrevivência: como iríamos nos alimentar, onde iríamos trabalhar com dignidade e justiça, inclusive quanto a recebimento de salário? E o ensino público e as cotas, ofertados bem depois da abolição? Atingem a todos? Apresentam regras consistentes e justas em suas bases? As cotas também atendem aos brancos marginalizados no mundo branco?

Essas são questões que dão possibilidades a outros desdobramentos. Respondê-las iria requerer outras abordagens que nos privaremos no momento. O que ocorre é que entender o povo brasileiro e sua formação é necessariamente aceitar a diversidade de cultura, de cor e de raça, num espaço único. Florestan Fernandes nos diz o seguinte:

O que pretendemos, para o nosso futuro imediato e remoto, não é a fixação imobilista dos dois pólos, separando o negro, de um lado, e o mundo dos brancos, de que ele participa marginalmente, de outro; mas, que o mundo dos brancos dilua-se e desapareça, para incorporar, em sua plenitude, todas as fronteiras do humano, que hoje apenas coexistem 'mecanicamente' dentro da sociedade brasileira (FERNANDES, 1971, p. 17)

Ressaltamos aqui que o desaparecimento do mundo dos brancos precisa ocorrer para também acolher os índios, os exilados, os deportados de hoje em dia. O que o mundo (países, governantes, pessoas) precisa fazer é estar preparado para conviver e acolher o povo (venha de onde vier, seja como for), com uma estrutura digna, democrática, incluyente e justa.

4. Conclusões

A compreensão de quem realmente somos e a percepção da existência de diversos seres que ocupam em suas relações com o outro também um olhar “humanitário”, capaz de entender a relevância do local em que habitamos e a diversidade das espécies, facilitará bastante a interação e a perpetuação das vidas. A expansão do olhar e a abertura de outras perspectivas em nossas mentes precisam ser desenvolvidas e cultivadas, não só motivadas como crença indígena, mas como respeito ao outro, que feito nós existe com um propósito.

O que sabemos e o que conhecemos acerca do índio e do negro precisam sempre ser intensificados, refletidos e pesquisados. E o que nos apresentam como feitos e marcas indelévels advindos de uma cultura lusitana, mais do que aceitos, precisam ser questionados e repensados. Não podemos ser apenas um povo hospitaleiro e, na América do Sul, o único país a falar a língua portuguesa, essencialmente, e não termos o domínio de nossa essência, não sermos os portos seguros de nosso próprio povo.

A clareza de que precisamos nos mobilizar, ouvir e enxergar melhor nossos pares, principalmente os adolescentes e jovens que são nossas perpetuações na sociedade, também ficaram muito demarcados aqui. Os alunos da terceira série do ensino médio pesquisados não estão dispostos a negociar os seus discursos e sabem o que querem. Precisamos organizar os espaços para a sua inserção, de forma respeitosa e honrosa.

Acreditamos que se olharmos para a nossa ancestralidade e observarmos as lindas histórias trazidas pelos negros e ressignificadas aqui, (em relação a crenças, valores e costumes) e da mesma forma validarmos o olhar de nossas tribos indígenas (principalmente as dos primórdios) acerca do mundo, da natureza e do todo, teremos muitos motivos para comemorarmos e entoarmos um viva, com gosto, a esse povo, que além de hospitaleiro, habilidoso e bonito precisa ratificar a sua história enquanto cidadãos dignos e autônomos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Cultura. *Fundação Biblioteca Nacional*. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf. Acesso em: 30 jul. 2021.

CASTIANO, José P. *Referenciais da filosofia africana: em busca da subjetivação*. 1. ed. Moçambique: Ndjira, 2010.

DIANA, Daniela. Literatura Brasileira: Quinhentismo. *Toda Matéria*. <https://www.todamateria.com.br/quinhentismo/>. Acesso em 22/06/2021.

FERNANDES, Florestan. *A integração de negros na sociedade de classes*. São Paulo: Globo, 2008.

_____. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Dedalus Acervo, 1972.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com raça em sociologia. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 29, n.1, p. 93-107, jan/jun 2003.

JUNIOR, Edson José de Freitas. *Classe, raça e cor: uma análise da sociedade brasileira sob as perspectivas de Darcy Ribeiro*. Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Juiz de Fora: jul. 2016.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. A crise da racionalidade moderna: uma crise de esperança. *Síntese*, Nova Fase 17, n. 45. São Paulo: Loyola, 1989.

RAMOSE, Mogobe B. Sobre a legitimidade e o estudo da filosofia africana. *Ensaio filosóficos, volume IV*. Universidade da África do Sul, Pretoria, 2011.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil*. 1. ed. digital. São Paulo: Globo, 2014.

RIBEIRO. João Ubaldo. *Viva o povo brasileiro*. 5. ed. digital. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

VALENTIM, Marco Antônio. *Extramunidade e sobrenatureza: ensaios de ontologia infundamental*. Florianópolis-SC: Cultura e Barbárie, 2018.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. In: CASTRO, E.V. de. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002. p. 181-264